



DOCUMENTOS TEMÁTICOS DA HABITAT III

3 – CIDADES MAIS SEGURAS

Nova York, dia 31 de maio de 2015

(Versão não editada 2.0)





DOCUMENTO TEMÁTICO SOBRE CIDADES MAIS SEGURAS

PALAVRAS-CHAVE

Inclusividade, segurança urbana e comunitária, urbanização planejada, prevenção da criminalidade, liderança e responsabilização municipal, governança, integração social, coesão social.

PRINCIPAIS CONCEITOS

Liderança da cidade

No limite da estrutura das estratégias e políticas nacionais, todos os níveis de governo deveriam exercer papel de liderança no desenvolvimento de estratégias eficazes e humanas de prevenção da criminalidade e segurança comunitária, assim como na criação e manutenção de estruturas institucionais para sua implementação e avaliação. Isto implica tanto a “liderança governamental” dos níveis de governo nacional e local (ministérios, autoridades regionais, autoridades municipais) quanto o papel das partes interessadas urbanas de maior importância e, particularmente, grupos comunitários e empresariais, na condução de esforços progressivos de segurança urbana em que as autoridades governamentais estão defasadas ou limitadas em termos de alcance ou recursos. A abordagem da Segurança Urbana por meio da liderança “municipal” significa considerar as estruturas da governança da cidade como catalisadores da ação coletiva e colaborativa centrada nas responsabilidades do governo, assim como nas possibilidades e capacidade de negócios vitais e agentes comunitários.

Resiliência

A resiliência concentra-se em como indivíduos, comunidades e negócios não apenas reagem a choques e estresses repetidos, mas também como criam novas oportunidades de desenvolvimento transformacional. A resiliência a nível municipal reconhece a área urbana como sistema dinâmico e complexo que deve se adaptar a diversos desafios. O desenvolvimento da resiliência das comunidades locais aos fatores capazes de conduzir ao envolvimento em crime e violência é fundamental na redução das vulnerabilidades, oportunidades e recompensas aos atos ofensivos.

Capital social

O capital social refere-se às redes sociais, a relacionamentos de confiança e às instituições; como indivíduos e/ou comunidades ingressam e participam das redes sociais e como sua participação resulta na obtenção de oportunidades de ação individual ou coletiva que contribui para a coesão comunitária, para o fortalecimento da solidariedade e da integração social.



Prevenção da criminalidade

A prevenção exige estratégias e medidas que busquem reduzir o risco de ocorrência de crimes, assim como seus efeitos negativos potenciais sobre os indivíduos e a sociedade, — incluindo o medo da criminalidade — por meio da intervenção a fim de exercer influência em suas diversas causas.

Segurança urbana

Além de atuar na prevenção da criminalidade e da violência, a segurança urbana também inclui a melhoria dos direitos individuais, incluindo a integridade física, social e psicológica da pessoa humana. Como tal, segurança urbana constitui conceito complementar à prevenção da criminalidade, tendo em vista que se inicia na observação de que desenvolvimento urbano e governança local inadequados combinados com padrões de exclusão social e territorial estimulam o crime e a violência. Nesta perspectiva, a segurança urbana adota processo participativo e de alcance municipal a fim de atuar nos fatores de risco e, principalmente, fatores de proteção da insegurança nas cidades, criando condições para cidades mais sustentáveis, inclusivas e justas. (Universidad Alberto Hurtado, 2008).

Inovação

A tecnologia é fator fundamental na contribuição para a segurança e oferece uma plataforma aos grupos vulneráveis para que se façam ouvir. O uso de tecnologias avançadas, incluindo redes sociais, pode contribuir na prevenção da criminalidade local e nas estratégias, políticas e programas de segurança comunitária.

DADOS E FATOS IMPORTANTES

- Estudos empíricos demonstram que não é o tamanho das aglomerações urbanas o responsável pelas vizinhanças criminosas, mas sim a má qualidade do planejamento, do design e da gestão da urbanização. (Vanderschueren, 2004)
- A funcionalidade, a configuração e a organização dos espaços urbanos influenciam o nível de segurança das pessoas. Os princípios orientadores da configuração, funcionalidade, gestão (e governança) dos espaços urbanos que determinam a qualidade do desenvolvimento urbano estão próximos daqueles que contribuem para a segurança de tais espaços, assim como da percepção de segurança pelos seus usuários. (Politecnico di Milano, 2006)
- O acesso, o uso e a disponibilidade de espaço público, incluindo transporte público seguro para todos, é fundamental para a garantia da inclusão social e na construção de cidades mais seguras. Há diversas práticas municipais inovadoras em prol da prevenção da criminalidade e da segurança urbana, especialmente na América Latina, que têm feito uso da “apropriação do espaço público” como recurso a fim de pacificar gangues e, em contrapartida, regular a proliferação de armas de pequeno porte e reduzir a vulnerabilidade dos bairros à criminalidade e à violência.
- A natureza urbana do homicídio, por exemplo, é especialmente evidente na América Central, no Caribe e em grande parte da África. Por exemplo, assentamentos com mais de 50.000 habitantes registram número desproporcional de homicídios em países da América Central. (UNODC, 2014) Estudos demonstraram que percentual elevado de habitantes urbanos em países em desenvolvimento e em transição foram vítimas de crimes ao longo de um período de



cinco anos, tendo as taxas de vitimização alcançado 70% em partes da América Latina, do Caribe e da África. (ONU-Habitat, 2007).

- Há provas advindas de várias regiões do mundo de que a maioria dos que se envolvem no crime, seja organizado, de gangue ou de rua, é jovem e do sexo masculino. Mundialmente, cerca de 70% das vítimas de homicídio são homens, geralmente jovens entre 15 e 25 anos, assim como seus agressores.¹
- Descobertas da Iniciativa Global para Cidades Seguras da ONU Mulheres indicam que o assédio sexual e outras formas de violência sexual em espaços públicos são ocorrência rotineira para mulheres e meninas no mundo inteiro — em áreas urbanas e rurais, em países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- Mortes violentas ao redor do mundo envolvem o uso de armas de fogo. As armas estão envolvidas em quase 200.000 mortes por ano. A maior parte desta violência armada ocorre em áreas urbanas e mais de dois terços das vítimas de violência armada reportadas residem em países sem conflitos armados.²
- Pesquisas apontam para desigualdades (ONU-Habitat, 2015), falta de controle institucional e social, além de exclusão social (e não pobreza³), como causas fundamentais do crime e da violência em áreas urbanas.
- Vários países já reconheceram a importância da cooperação e de parcerias com organizações comunitárias, organizações não-governamentais, setor empresarial e cidadãos a fim de aumentar a segurança e proteção, inclusive a nível local.⁴ Igualmente, os países iniciaram processos de planejamento urbano participativo visando a participação dos cidadãos na melhoria da segurança de ruas e espaços públicos abertos da cidade.
- A coordenação da ação do governo local e nacional é essencial para a prevenção eficaz da criminalidade e para a segurança comunitária, incluindo a atuação nas interligações entre crime organizado transnacional, e crime local, violência e insegurança.
- Dados desagregados sobre crime e violência a nível subnacional podem contribuir na definição de prioridades para intervenções e na identificação de alvos para programas e assistência com maior probabilidade de eficácia. De fato, exemplos bem sucedidos de prevenção coordenada da criminalidade e da violência a nível local frequentemente decorrem de experiências de políticas lideradas pelo governo local.⁵

RESUMO DO TEMA

Conhecimento

- Há reconhecimento global aumentado, inclusive no contexto do processo da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, de que cidades e sociedades inclusivas, seguras e resilientes

¹ UNODC (2011) Estudo Global sobre Homicídio, p.11.

² A Sobrecarga Global da Violência Armada, 2015, Documento Ocasional 25 do UNODA, A Zona Livre de Armas – uma ferramenta de prevenção e redução da violência armada 2013.

³ Pesquisas sobre Vítimas de Crimes como as conduzidas em Nairóbi (2001), Dar es Salaam (2000) e Joanesburgo (1997) comprovam que, ao contrário, o crime afeta principalmente a população urbana pobre.

⁴ Ver, por exemplo, a 13a Conferência da ONU sobre Prevenção da Criminalidade e Justiça Criminal, Relatório Preliminar sobre o Item 6 da Agenda, “Abordagens nacionais à participação pública no fortalecimento da prevenção da criminalidade e da justiça criminal”(A/CONF.222/L.2/Add.5).

⁵ (ver IDB 2012, ICPC 2001).



constituem um pilar e um resultado primário do desenvolvimento sustentável.⁶ A maioria das pessoas mais pobres do mundo vive em cidades afetadas por elevados índices de violência e criminalidade e, em grande parte, em situação de insegurança sobre a posse de terra, redes de apoio social enfraquecidas e áreas sujeitas a desastres naturais ou causados pelo homem – mais de 1,5 bilhão de pessoas (IDRC, 2012). O Relatório Global de Assentamentos Humanos, que se concentrou na “Segurança e Proteção Urbanas Melhoradas”, ofereceu o primeiro panorama do estado da segurança urbana e identificou a necessidade de abordagem multidimensional da segurança urbana. Desde então, diversos relatórios globais com foco na dimensão urbana do crime e da violência foram desenvolvidos. Desde 2011, Estados Membros credenciados aos conselhos de administração da ONU-Habitat e do UNODC realizaram apelo para que os preparativos das Diretrizes da ONU para Cidades mais Seguras considerem a prevenção da criminalidade, o desenvolvimento da segurança urbana e o fomento da coesão social como prioridades a serem incorporadas no planejamento urbano sustentável, nas políticas de gestão e governança conforme as atuais Diretrizes para Cooperação e Assistência Técnica no campo da Prevenção da Criminalidade Urbana.

- Quando as cidades são bem planejadas, tornam-se mecanismos de crescimento econômico e prosperidade, proporcionando acesso a serviços e apresentando diversas estruturas institucionais geradoras de capital e novas identidades urbanas capazes de reforçar a coesão e a integração social, além de ajudar a prevenir o crime e a violência nos centros urbanos. Entretanto, para muitas cidades de países em desenvolvimento, a urbanização mal planejada contribuiu para crescentes desigualdades na renda. Tais desigualdades expressam-se por meio de descontentamento social crescente, falta de confiança nas normas e instituições democráticas, agitação social, conflito, crime e violência. Na configuração da cidade, estas desigualdades tornam-se evidentes, materializadas pelos padrões de segregação urbana que aumentam as distâncias físicas e simbólicas entre os cidadãos, o que em alguns casos levou à progressiva privatização da segurança, aos condomínios fechados e aos guetos. O modelo de crescimento pela expansão horizontal e centrífuga de nossas cidades representa clara expressão dos padrões de exclusão social e econômica que precisam ser revertidos por meio de um conjunto forte de decisões políticas a fim de reordenar o desenvolvimento social em torno da coesão social, segurança e sustentabilidade.
- A prevenção da criminalidade e as estratégias de segurança urbana, quando bem planejadas, integradas com a comunidade e abrangentes, são capazes não apenas de prevenir o crime e a vitimização, mas também de contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável. Contudo, a sustentabilidade urbana apenas pode ser alcançada e preservada por meio da segurança urbana eficaz (Vanderschueren, 2004). As ações de prevenção da criminalidade e de segurança urbana, inclusive a nível local, adotaram diversas abordagens, incluindo a promoção do bem-estar das pessoas por meio de medidas sociais, econômicas, de saúde e educacionais; modificando as condições nos bairros que afetem a ocorrência de agressões por meio de design e planejamento urbano; reduzindo oportunidades pelo aumento dos riscos de ser apreendido; e prevenindo a reincidência por meio da assistência à reintegração social dos agressores.⁷ As ações de

⁶ Isto está, por exemplo, refletido no Documento Final do Grupo Aberto de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável com metas propostas de – “Tornar inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis os assentamentos humanos e as cidades”, assim como a meta para “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

⁷ As Diretrizes da ONU sobre Prevenção da Criminalidade de 2002 enfatizam o papel de todos os níveis de governo na facilitação de políticas de prevenção da criminalidade sustentáveis, planejadas e abrangentes, e definem quatro abordagens principais: prevenção da criminalidade por meio do desenvolvimento social, prevenção da criminalidade comunitária ou com



segurança urbana englobaram dois aspectos: o valor dos bairros como espaços e locais de identidade e pertencimento e a socialização dos indivíduos, das famílias, escolas e comunidades; e o valor da abordagem urbana e holística ao crime, à violência e à insegurança, alcançando todo o território sob jurisdição do governo local. Esta visão sistêmica permitiu o planejamento das cidades com vistas à integração social e para conectar áreas vulneráveis a áreas com as maiores oportunidades e recursos para alcançar a coesão territorial nos limites da cidade.

- Embora a relação entre desenvolvimento socioeconômico e violência seja complexo, provas disponíveis sugerem que a violência letal está com frequência enraizada em contextos de desigualdade, marginalização social, estado de direito enfraquecido e injustiça. Para interromper o ciclo vicioso entre violência e subdesenvolvimento, faz-se necessária melhor compreensão das dinâmicas envolvidas. Estratégias, políticas e programas de segurança urbana e de prevenção da criminalidade deveriam, portanto, ser baseadas em base ampla e multidisciplinar de conhecimento acerca das causas profundas da criminalidade e da vitimização em uma determinada área, assim como das práticas promissoras e comprovadas para resolvê-las. Os métodos de coleta e uso de informações relevantes sobre crime e violência a nível do governo local têm evoluído e diversos guias e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção do crime e da violência, para fins de produção do bem social e para a mudança social agora existem. (ICPC, 2014). Os métodos de medição do crime tornaram-se menos dependentes dos registros policiais e são apoiados por pesquisas de amostras da população sobre experiências de vitimização (GCOCP, 2014) e auditorias locais de segurança, contribuindo para aumentar o envolvimento do público na formulação de políticas e ações locais de segurança e prevenção da criminalidade. Além disso, o uso da tecnologia a fim de promover o planejamento e a governança colaborativa da segurança podem ser considerados a fim de coletar informações úteis ao desenvolvimento de plano de segurança urbano abrangente.
- Além da incidência do crime, da violência e da insegurança, há a percepção de segurança e o medo do crime, da violência e insegurança. Quando as pessoas sentem-se ameaçadas, alteram seu comportamento e, conseqüentemente, a forma com que interagem com a cidade. Este é, especialmente, o caso das mulheres, vítimas mais prováveis de certos tipos de crime, como estupro e assédio sexual. Mulheres são, também, muito vulneráveis a roubos violentos. Como resultado, mundialmente, as mulheres tendem a se sentir menos seguras do que os homens nas grandes cidades e esta diferença varia conforme o tamanho da cidade. Além disso, a sensação de segurança em um lugar influencia o desenvolvimento econômico local e as perspectivas de mercado.

Políticas

- Estratégias e políticas de segurança e prevenção da criminalidade que não fizeram uso de uma abordagem de governança coordenada multinível produziram ações e resultados insustentáveis e de curto prazo. A fim de assegurar a sustentabilidade das ações a nível local para prevenção

base local; prevenção da criminalidade situacional; e programas de reintegração. Foram estabelecidos oito princípios básicos – liderança do governo, inclusão e desenvolvimento socioeconômicos, cooperação/parcerias, sustentabilidade/responsabilização, base de conhecimento, direitos humanos/cultura da legalidade, interdependência e diferenciação. Ademais, as Diretrizes para a Cooperação e Assistência Técnica no Campo da Prevenção da Criminalidade Urbana ECOSOC 1995 definiram que os planos de ação integrados para a prevenção da criminalidade deveriam: 1) definir a natureza e os tipos dos problemas de criminalidade; 2) considerar o envolvimento de vários agentes; 3) considerar fatores como educação, emprego, habitação, saúde, abuso de drogas e álcool, e acesso aos serviços sociais; 4) agir em vários níveis, incluindo prevenção primária, prevenção da reincidência, proteção das vítimas.



da criminalidade e segurança urbana, estratégias de segurança e de prevenção da criminalidade urbana precisam ser desenvolvidas nos limites da estrutura das políticas urbanas nacionais em complemento às estratégias nacionais de prevenção da criminalidade⁸. Isto requer o exercício de liderança por todos os níveis de governo para o desenvolvimento de estratégias eficazes e humanas de prevenção da criminalidade e segurança urbana, assim como na criação e manutenção de estruturas institucionais para sua implementação e avaliação. Cooperação/parcerias deveriam ser parte integrante da prevenção da criminalidade e da segurança urbana eficazes, considerada a natureza da grande amplitude das causas da criminalidade e as habilidades e responsabilidades necessárias para tratá-las. Isso inclui parcerias entre ministérios bem como entre autoridades, organizações comunitárias, organizações não-governamentais, setor empresarial e cidadãos privados. Da mesma forma, considerações sobre segurança deveriam ser integradas a todas as políticas e os programas sociais e econômicos relevantes, incluindo os relativos a habitação e planejamento urbano, emprego, educação, saúde, pobreza, marginalização e exclusão social. Ênfase especial deve ser dada a comunidades, famílias, crianças e jovens em situação de risco.

- “Liderança da cidade” como apresentada por agentes empresariais importantes constitui fator central crescente para a Segurança Urbana: organizações de liderança empresarial e coalizões progressivas governo-empresa têm participação cada vez maior no planejamento urbano estratégico e iniciativas de desenvolvimento urbano importantes. Esforço liderado pela ONU para a co-produção da segurança por todos deveria utilizar este potencial e permitir o escrutínio apropriado do impacto crescente não-governamental dos fornecedores de segurança, tecnologia, serviço e infraestrutura nas cidades.
- Considerando o fato de que a maioria daqueles que se envolvem com o crime em cenários urbanos são jovens e do sexo masculino, uma política robusta voltada para o papel da juventude nas intervenções de segurança do governo local é fundamental. Deve ser dada atenção especial à educação, liderança e capacitação quanto ao capital social dos jovens vivendo nas comunidades mais vulneráveis, podendo ser cooptados pelos meios de subsistência produtivos alternativos e fomentando envolvimento com drogas e gangues. Também devem ser acessadas as energias transformadoras positivas e as habilidades de aprendizado das crianças e dos jovens como agentes para mudança. Além disso, estratégias de segurança nacional complementares precisam considerar a realidade social e econômica da população, especialmente em países onde a maioria das pessoas vive e trabalha na informalidade, assim como ter cuidado para não criminalizar a pobreza.

⁸ Tanzânia, Quênia e África do Sul são exemplos ilustrativos de desenvolvimento de tais estruturas nacionais de políticas urbanas com diretrizes para cidades mais seguras.



Figura 1: Abordagem típica de política municipal para Cidades Mais Seguras⁹:

Fonte: Conjunto de ferramentas para Cidades Mais Seguras da ONU-Habitat, 2005.



Tradução Figura 1:

Sentido horário começando pelo topo

- Diagnóstico e avaliação: pesquisas, auditorias de segurança e varredura das ruas.
- Desenvolvimento de estratégia e plano de ação na cidade: visionamento, consulta.
- Implementação: treinamento, coordenação de parceiros, ações conjuntas.
- Avaliação do processo e do impacto, feedback, desenvolvimento de ferramenta.
- Institucionalização: Redes para trocas e replicação.
- Coalizão em que os líderes reúnem todos os parceiros vitais, envolvem os cidadãos e são apoiados pelo secretariado e por estratégia de comunicação. (Centro da figura).

Envolvimento

- Maior ênfase em segurança como bem público reforça a necessidade de colaboração e parcerias de setores tradicionais e não tradicionais em segurança e desenvolvimento urbano. Uma abordagem ampla para o alcance de consenso sobre segurança pública compreende o estabelecimento de coalizões e parcerias locais ancoradas na produção da segurança para todos. Autoridades locais podem desempenhar papel importante na facilitação de tais parcerias, enquanto os governos centrais fornecem os recursos, viabilizando estruturas de meio ambiente e de políticas necessárias (ONU-Habitat, 2007). Na fase inicial de qualquer abordagem para cidades mais seguras, o levantamento das partes interessadas locais é um componente fundamental. Embora os governos tenham responsabilidade primária pela proteção dos cidadãos, a implementação de estratégias eficazes de proteção e segurança, principalmente a nível local, pode se beneficiar de coordenação mais próxima com o setor privado e a sociedade

⁹ Corresponde às diretrizes de 2002 da ONU sobre prevenção da criminalidade, que refere-se às seguintes abordagens: Desenvolvimento social, incluindo a promoção de fatores protetivos por meio de programas de desenvolvimento social e econômico (saúde, educação, habitação e planejamento urbano) e corrige a marginalização e a exclusão, bem como promove a resolução positiva de conflitos; Prevenção do crime situacional, incluindo design ambiental, vigilância, endurecimento dos alvos; Prevenção do crime organizado pela atuação nas relações com o crime local (reduzir a participação de criminosos em mercados lícitos, prevenir o mau uso de ofertas públicas, proteger grupos marginalizados/vulneráveis).



civil. Isto, contudo, exige o alinhamento dos interesses do setor privado com o setor público e seu envolvimento juntamente com a adoção de diretrizes e mecanismos para tornar tal forma de parceria possível e eficaz.

- Várias cidades, principalmente em contextos de alta criminalidade, combateram de forma bem sucedida o crime urbano, a violência e a insegurança como oportunidade para novos espaços de envolvimento dos cidadãos. Como ingrediente essencial, experiências bem sucedidas comprovam que boa governança e cidades seguras são recíprocas: onde os habitantes estão livres de medo e onde a segurança é reforçada para cidadãos e bairros, a Interação entre pessoas, grupos e com as instituições públicas torna-se possível. Práticas promissoras de segurança urbana abriram oportunidades participativas para o compartilhamento das soluções urbanas – com atenção especial a questões como juventude sob risco, zonas livres de armas, violência de gênero em espaços públicos e áreas urbanas propensas à formação de gangues¹⁰.
- Da mesma forma, os benefícios potenciais da criação de redes além dos limites nacionais é demonstrada pela grande variedade de redes de cidades e atividades de “diplomacia da cidade” existentes atualmente: com conexões crescentes entre pares localizados em contextos geográficos bastante diversos e longa tradição de colaborações nacionais entre municipalidades, esta governança conectada oferece vantagens críticas no combate aos desafios da Segurança Urbana além das limitações locais, agendas nacionais defasadas e em contextos de restrições de recursos. Assumindo a diplomacia da cidade para a segurança urbana significa, então, alavancar o “poder da rede” das cidades em uma era globalizada.

Operações

- Nas duas últimas décadas, o financiamento da cooperação técnica para “cidades mais seguras” cresceu a fim de atender à demanda cada vez maior por políticas descentralizadas de segurança e participação e capacidades aumentadas dos governos locais na coordenação de estratégias de segurança e prevenção da criminalidade. Entretanto, apesar dos avanços dos últimos vinte anos desde o Habitat II, as cidades ainda estão longe de equilibrar a atenção – e os recursos – destinados pelos governos nacionais às estratégias de prevenção da criminalidade urbana lideradas pelo município, em comparação com a atenção e os recursos destinados a outras operações da justiça criminal direcionadas ao crime e à violência.
- Novas tecnologias de comunicação, como redes sociais, podem oferecer ferramentas úteis para que agentes do governo possam aprimorar a eficácia das políticas e estratégias de prevenção da criminalidade, inclusive por meio do envolvimento do público na prevenção da criminalidade, principalmente pelas autoridades policiais para facilitar o compartilhamento de informações e a conscientização quanto ao crime e à violência.

PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A AÇÃO

- Empoderamento e participação dos cidadãos: A participação real das comunidades e demais partes interessadas, incluindo o setor privado, é essencial para o desenvolvimento e a

¹⁰ A cidade de Nova York é um exemplo muito citado. Nela, alguns bairros conhecidos pela criminalidade – Harlem, por exemplo – foram transformados durante a década de 1990 em locais seguros, apresentando, simultaneamente, desenvolvimento econômico bastante favorável. Igualmente, na cidade de Durban, a iniciativa Safer Durban Warwick Junction promoveu transformações, integrando atividades de mulheres de baixa renda à regeneração urbana do espaço mercantil dentro de um quadro integrado de desenvolvimento da área – transformando um local de alta incidência de crime em local seguro para mulheres e meninas e, portanto, para todos os cidadãos.



implementação de políticas e leis eficazes e inclusivas para a melhora da segurança e a proteção nas cidades. Programação fundamentada e abordagens participativas para prevenção da criminalidade e segurança comunitária são importantes para a co-produção da segurança de todos. A prevenção da criminalidade urbana e políticas e programas de segurança são eficazes apenas quando as comunidades são consultadas e as intervenções são fundamentadas e feitas sob medida conforme as necessidades e vulnerabilidades específicas das populações-chave. O papel dos jovens e das mulheres na criação de segurança e proteção nas cidades é vital.

- Governança multinível e multissetorial: A atuação na ampla gama de causas profundas da criminalidade e da violência requer coordenação entre autoridades nacionais e locais, bem como entre os diversos setores de governança, incluindo educação, planejamento urbano e de habitação, desenvolvimento econômico, justiça, etc. Além disso, resolver os desafios urbanos por meio da união das partes interessadas principais em torno de uma agenda de liderança dentro e para as cidades, com foco em uma parceria urbana renovada entre o governo (local e nacional) e agentes privados (comunidade e negócios). Líderes municipais, como prefeitos e seus pares, têm responsabilidade central no impulsionamento da liderança para a segurança urbana e podem atuar como catalisadores de esforços abrangentes multiníveis.
- Planejamento e design urbano para integração social: Revigoramento do design urbano por meio de espaços públicos adequados (incluindo ruas) e de inclusão etária e de gênero como locais para encontro de pessoas, interação e troca social, cenários de vitalidade econômica principalmente para a população urbana pobre e para a construção da cidadania e de estrutura para coesão social e territorial e da co-produção da segurança para todos.
- Financiamento inovador para o desenvolvimento da segurança por meio de melhorias nas favelas: Atuando no impacto da criminalidade na população urbana pobre, por meio de investimentos proativos sociais e culturais, fazendo uso da noção de urbanismo social como forma de prevenção da criminalidade e abordagem de financiamento inovador que incorpore tanto a regeneração e o planejamento urbano quanto as iniciativas sociais e econômicas a fim de reduzir desigualdades.
- Estado de Direito e direitos humanos: Em termos de formulação de boa governança, confiança no estado de direito e ambiente propício são vitais para o encorajamento do investimento de longo prazo. A promoção de leis e regulamentos alinhados com os padrões internacionais de direitos humanos e as capacidades coletivas para a implementação acerca de leis e instituições de governança poderia dar forma à cultura e à convivência de “espaços públicos seguros, inclusivos e conectados”. Poderia, ainda, reforçar o “direito de todos à cidade”, integrando comunidades vulneráveis, como os pobres, os migrantes, as mulheres e crianças e pessoas com deficiências, que participam juntas na co-produção da segurança para todos. Estabelecendo estrutura operacional legal clara para a regulamentação da cooperação público-privada e do envolvimento da sociedade civil e, em geral, para tornar as políticas de segurança mais inclusivas e capazes de atender a uma gama mais ampla de desafios e ameaças.

PLATAFORMAS E PROJETOS

- Rede Global sobre Cidades Mais Seguras (GNSC) / Programa Cidades Mais Seguras da ONU-Habitat www.unhabitat.org/safercities
- Iniciativa para Cidades Inclusivas e Mais Seguras – IDRC http://www.idrc.ca/EN/Programs/Social_and_Economic_Policy/saic/Pages/default.aspx



- Ferramenta de E-Learning do Banco Mundial sobre Prevenção Da Criminalidade Urbana <http://e institute.worldbank.org/ei/course/urban-crime-and-violence-prevention>
- Iniciativa Global para Cidades Mais Seguras da ONU-Mulheres <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/creating-safe-public-spaces>
- Plan International – Meninas Adolescentes Criando Cidades Mais Seguras <https://plan-international.org/girls/pdfs/adolescent-girls-safer-cities.pdf>

Ferramentas Técnicas Atuais

- Diretrizes Municipais do UNODA para Zona Livre de Armas
- Conjunto de ferramentas para Cidades Mais Seguras da ONU-Habitat; Manuais sobre Prevenção da Criminalidade Local; Criminalidade do Jovem e Vulnerabilidade de Bairros; Desenvolvimento da Segurança por meio de Melhorias nas Favelas; e Cidades Mais Seguras para as Mulheres
- Ferramenta de Avaliação da Prevenção da Criminalidade e Manual de Policiamento do Espaço Público do UNODC/ONU-Habitat.;
- Manual de Treinamento do UNODC para Pesquisas sobre Vitimização
- Conjunto de Ferramentas do UNODC para Avaliação da Justiça Criminal
- Diretrizes do UNODC para Prevenção da Criminalidade – Fazendo Funcionar;
- Manual do UNODC/ECE sobre Notas de Orientação da OCDE (com contribuições do UNODC) sobre Prevenção e Redução da Violência Armada em Áreas Urbanas, Reduzindo o Envolvimento de Jovens na Violência Armada;
- Conjunto de ferramentas para Cidades Mais Seguras da ONU-Mulheres
- Ferramenta de E-Learning do Banco Mundial sobre Prevenção Da Criminalidade Urbana
- Manual de Segurança dos Cidadãos do IDB
- Diretrizes do PNUD para Segurança Comunitária e Coesão Social
- Manual de apoio ao estabelecimento de parcerias público-privadas para a proteção de alvos vulneráveis - UNICRI, 2010
- Modelo do IPO para Planejamento da Segurança – UNICRI, 2007

Referências

DFAIT. (2006). Segurança Humana para um Século Urbano.

Dowdney, L. (2004). Nem Guerra Nem Paz: Comparações Internacionais sobre Crianças e Jovens na Violência Organizada Armada. Rio de Janeiro. GCOCP. (2014). Perspectivas Internacionais sobre Prevenção da Criminalidade 6, p.25.

ICPC. (2014). Quarto Relatório Internacional sobre Prevenção da Criminalidade e Segurança Comunitária. Tendências e Perspectivas. Montreal: Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade.

IDRC. (2012). Pesquisando sobre o Dilema Urbano.

Politécnico de Milão. (2006). Manual de Planejamento de Gestão e Design Urbano para a Prevenção da Criminalidade.

Rodgers, D. (2003). Morrendo por Isso: Gangues, Violência e Mudança Social na Nicarágua Urbana.



Documento de Trabalho do Programa para Países em Crise

1. Pesquisa sobre Armas de Pequeno Porte. (2007).

Pesquisa sobre Armas de Pequeno Porte. (2015). A Sobrecarga Global da Violência Armada. ONU-Habitat. (2007). Relatório Global de Assentamentos Humanos.

ONU-Habitat. (2015). Construção de Cidades Mais Equitativas: Políticas Públicas pela Inclusão na América Latina.

Universidade Alberto Hurtado. (2008). Manual para a Prevenção do Crime Urbano e da Violência na América Latina. Santiago.

UNODC. (2013). Prestando Contas sobre Segurança e Justiça na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

UNODC. (2014). Estudo Global sobre Homicídio.

Vanderschueren, F. (2004). Prevenção do Crime Urbano. Nairóbi:

ONU-Habitat. OMS. (1996 (4)). Consulta global da OMS sobre violência e saúde

Os Documentos Temáticos Habitat III foram preparados pelo Grupo de Trabalho do Habitat III das Nações Unidas, uma força-tarefa das agências e programas da ONU que trabalham juntos para a elaboração da Nova Agenda Urbana. Os Documentos Temáticos foram finalizados durante a oficina de escrita do Grupo de Trabalho da ONU em Nova York, de 26 à 29 de maio de 2015.

Este Documento Temático foi coordenado pela ONU-Habitat, com contribuições da OMS, UNICEF, UNICRI, ONU Mulheres, UNODA, UNODC, UNU e do Banco Mundial.

Documento traduzido livremente por Ana Gauz, através da plataforma UNV online (www.onlinevolunteering.org). Revisão técnica gentilmente realizada por UNOPS - Brasil.